



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 01323/2025**  
**(à MPV 1323/2025)**

Dê-se nova redação ao § 10-A do art. 1º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º** .....

.....

**§ 10-A.** A comprovação de identidade e atividade pesqueira poderá ocorrer por declaração validada pelas colônias de pescadores ou órgãos estaduais de pesca, em caso de impossibilidade técnica de coleta biométrica.

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Muitos pescadores atuam em áreas remotas, ribeirinhas ou com infraestrutura precária; exigir biometria e atendimentos presenciais aumenta o risco de que beneficiários não consigam comprovar presença/dados — resultando em indeferimento ou atraso de pagamentos.

Relatos e notícias indicam que o governo organizou atendimentos presenciais em locais limitados (ex.: 5 estados em primeira fase), gerando necessidade de deslocamentos distantes para muitos pescadores; custos e impossibilidade de deslocamento são impeditivos práticos para receber o benefício.

Com a transferência da gestão para outra estrutura (MTE) e procedimentos de validação mais rígidos, há elevado risco de atrasos



administrativos enquanto os cruzamentos e checagens são realizados — período em que o pescador fica sem renda. Há precedentes de paralisação de pagamentos quando regras foram alteradas em MPs anteriores.

Portanto, para evitar danos e adequar o cadastramento dos segurados à realidade dos pescadores ribeirinhos amazônicos, propomos esta inclusão no texto.

Sala da comissão, 10 de novembro de 2025.

**Deputado Fausto Jr.**  
**(UNIÃO - AM)**  
**Deputado Federal**

